



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(§1º, art.18 da Lei nº14.133/2021)

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO	
ESTUDO PRELIMINAR Nº	002/2023
SECRETARIAS	Secretaria de Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão. Secretaria Municipal de Educação.
SETOR/ÓRGÃO	Subsecretaria de Recursos Humanos.
OBJETO	Trata-se de estudos preliminares referentes à contratação de empresa prestadora de serviços para emissão e entrega de cartão magnético com chip (Cartão Vale-alimentação de Natal) e disponibilização de créditos de forma automática – <i>on line</i> – para atender as necessidades dos Órgãos do MNF, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.
EQUIPE DE PLANEJAMENTO	Gestor: Thiago Parreira Ferreira Coimbra – Mat. 199.383
	Apoio Técnico: Érika Pinheiro Terra – Mat. 199.206
	De acordo: Rodrigo França Silva – Mat. 063.189
2. INTRODUÇÃO	
2.1. Trata-se de estudos preliminares referentes à contratação de empresa prestadora de serviços para emissão e entrega de cartão magnético com chip (Cartão Vale-alimentação de Natal) e disponibilização de créditos de forma automática – <i>on line</i> – para atender as necessidades dos Órgãos do MNF, na forma da Lei Municipal nº 4.987/2023 .	



3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. O referido benefício corresponde a um singelo reconhecimento àqueles que muito fazem para que as políticas públicas obtenham êxito, que se dedicam a servir à população e dar condições de execução dos planos de governo.

3.2. O projeto em questão contempla também os servidores inativos, reconhecendo, assim, a importância daqueles que já dedicaram seus esforços em benefício do serviço público municipal.

3.4. Além dos benefícios ao servidor, é importante também ressaltar que todo o recurso público empregado servirá para movimentar e aquecer a economia do Município no período de final do ano, uma vez que todo o recurso deverá ser empregado no comércio local.

3.5. Vale ressaltar que se trata de terceira contratação realizada no Município para a pretensa finalidade, destacando-se que as contratações anteriores foram executadas com sucesso.

3.6. A referida contratação tem por objetivo proporcionar aos servidores do MNF, Cartão Vale-alimentação de Natal em consideração a todos os serviços prestados ao Município, na forma da **Lei Municipal nº 4.987/2023**.

3.7. A política de valorização dos servidores do MNF vem sendo, ano após ano, robustecida pela atual Gestão, através de vários mecanismos de ações voltadas em benefício aos servidores, independente do regime jurídico ao qual são subordinados.

3.8. Isso significa que a atual Gestão preocupa-se em igualar os direitos dos servidores, quebrando o estigma deixado pelas Gestões passadas, as quais nunca proporcionaram benefícios aos servidores do MNF, ao exemplo do Vale-Alimentação de Natal.

3.9. Dito isso, há de se ressaltar que o fornecimento de tal benefício abrangerá todos os servidores, independente do regime jurídico, cargos, funções e salários, em total respeito ao princípio constitucional da igualdade, principalmente.

3.10. Não obstante, frisa-se que tal mecanismo de ação, além de proporcionar benefício direto para os servidores do MNF, tem como objetivo principal trazer a possibilidade de aproximação



entre todos os servidores em um momento especial de comemoração mundial.

3.11. Sabe-se que muitos servidores do MNF passam por dificuldades financeiras e, devido a atual crise econômica que assola o país, mostra-se de suma importância a disponibilização do Vale-alimentação de Natal.

3.12. Isso significa que o servidor do MNF, poderá destinar os valores do 13º salário para outros objetivos, tendo em vista que o Vale-alimentação de Natal somente poderá ser destinado com compras de alimentos e afins.

3.13. Por fim, destaca-se que não só o servidor do MNF será beneficiado, mas também toda a sociedade friburguense, tendo em vista que o Vale-alimentação de Natal somente poderá ser utilizado no comércio local, fomentando a economia e gerando mais empregos, considerando aproximadamente 8.000 (oito mil) servidores.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE os cartões e valores de carga que se darão em quantidade de **8.269 (oito mil, duzentos e sessenta e nove)** cartões com carga individual e única de R\$500,00 (quinhentos reais), totalizando o valor de **R\$ 4.134,500 (quatro milhões, cento e trinta e quatro mil e quinhentos reais)**, em créditos.

4.2. O número estimado de cartões levou em conta o quantitativo de servidores constantes na base de dados do Sistema de Processamento de Folha de Pagamento no mês de setembro de 2024, acrescentando-se um percentual de 1% (um por cento) por margem de segurança, tendo em vista a possibilidade de variação de número de servidores ao longo dos próximos meses.

4.3. A CONTRATADA deverá entregar todos os cartões na Subsecretaria de Recursos Humanos, situada à – Av. Alberto Braune, nº 225, Centro, Nova Friburgo, RJ, CEP 28.613-001 – na quantidade solicitada pelo CONTRATANTE, por sua exclusiva conta e risco, bloqueados, com senha individual, em envelope lacrado, constituindo sua utilização eletrônica por parte do servidor beneficiário.

4.4. Após assinatura do contrato, o CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA, em até 48 (quarenta e oito) horas, relação contendo Secretaria, Nome dos servidores, CPF e outras



informações necessárias à emissão do Cartão.

4.5. A data máxima para entrega dos cartões no endereço citado será de até 07 (sete) dias úteis, após o fornecimento da relação de beneficiários pelo CONTRATANTE.

4.6. A entrega dos cartões deverá ser realizada pela CONTRATADA de forma única, contendo os cartões o nome do beneficiário, o nome do Município e a data de validade, separados por Secretaria de origem do servidor e em ordem alfabética de nomes.

4.7. Após entrega dos cartões, o CONTRATANTE poderá solicitar formalmente à CONTRATADA a carga de crédito nos cartões, que deverá se dar em até 3 (três) dias corridos.

4.8. Os Cartões Eletrônicos Alimentação de Natal deverão possuir validade para utilização pelo beneficiário de 90 (noventa) dias, contados a partir do crédito disponibilizado.

4.9. O saldo resultante dos créditos não utilizados, devidamente descontados da taxa administrativa aplicada pela contratante, deverá ser depositado em conta-corrente, cuja titularidade será do Município de Nova Friburgo.

4.10. A informação necessária e indispensável à correta utilização, estabelecida em regulamento ou norma legal aplicável, deve estar devidamente indicada no cartão de uso pessoal, bem como deverá ser fornecida ao setor designado para fiscalização do objeto do presente.

4.11. Os cartões emitidos deverão permitir a habilitação de senha individual, de forma garantir privacidade e segurança na utilização e evitar prejuízos em caso de extravio, furto ou roubo.

4.12. A proponente deverá apresentar documento se comprometendo, no ato do certame, a disponibilizar, após adjudicação do resultado, em um prazo de 03(três) dias úteis, relação contendo no mínimo 30(trinta) estabelecimentos credenciados para o ramo alimentício dentro do município de Nova Friburgo/RJ, como: hipermercados, supermercados, mercados, armazéns, mercearias, açougue, hortifrúti, peixarias e similares.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. A quantidade de cartões alimentação foi estimada com base no número de servidores constantes em levantamento realizado pela Subsecretaria de Recursos Humanos no mês de outubro/2024.

SECRETARIA	QUANTIDADE
Educação	3.318



	Demais	4.951	
	TOTAL	8.269¹	

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. De acordo com informação apresentada acima, quanto ao objetivo da contratação, além de beneficiar o servidor, a contratação beneficiará o comércio, movimentando assim a economia local.

6.2. Como parâmetro, podemos exemplificar contratação realizada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro/CBMERJ, através do **Pregão Eletrônico nº 12/2024 – SEI-270003/000934/2024** – que tem como objeto Serviços de fornecimento de Cartão Vale-alimentação de Natal, para 15.031 servidores do CBMERJ.

Distribuição dos militares aptos a receberem o cartão alimentação natalino (conforme item 8.1 deste ETP)	Qt.
Militares da Ativa (A)	12.376
Militares contratados através do regime: Tarefa por Tempo Certo - TTC (B)	197
Candidatos classificados e aprovados do Concurso Público relativo ao ano de 2023 (C)	764
Cadetes BM do 1º ano do Curso de Formação de Oficiais (D)	50
Soldados BM QBMP/1 - Busca e Salvamento (SEI-270144/000115/2023) (E)	144
Candidatos serviço militar temporário voluntário no CBMERJ SEI-270137/000012/2022 (F)	1.500
Total de militares	15.031
Valor por cartão (R\$) (G) = R\$ 500,00 (quinhentos reais)	
Valor total: (A+B+C+D+E+F)*G = 7.515.500,00 (sete milhões, quinhentos e quinze mil e quinhentos reais)	

6.3. Como podemos observar, o preço estimado se deu em valor inferior ao valor dos respectivos créditos a serem disponibilizados em cada cartão.

6.4. Através do endereço <https://www.cbmerj.rj.gov.br/licitacoes/> verifica-se a Ata de Sessão Pública relativa ao **Pregão Eletrônico nº 12/2024 – SEI-270003/000934/2024**, demonstrando a viabilidade técnica da contratação pretendida e a disponibilidade de fornecedores no mercado.

¹ O quantitativo apresentado às fls. 30/32, somam-se a probabilidade de mais 450 (quatrocentos e cinquenta) servidores ingressarem ao concurso público, objeto do Edital nº 01/2023, considerando o último chamamento realizado para a SMS – Editais de Chamamentos nº 30, 31, 32, 33 e 34 – DOENF Edição Extra nº 2.122 – logo, o quantitativo encontra-se em compasso com os impactos financeiros acostados.



6.5. Também como parâmetro podemos utilizar a contratação realizada pelo MNF no exercício de 2023, através do PA nº 28.263/2023, Pregão Eletrônico nº 244/2023.

Total	Total de Cartões	Valor de Crédito em cada cartão	Custo unitário do cartão a pago a empresa contratada	Total da despesa
	7.060	R\$ 500,00	R\$ 469,75	R\$ 3.316.435,00

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação dos serviços está estimada em **R\$ 4.134,500 (quatro milhões, cento e trinta e quatro mil e quinhentos reais)**.

7.2. A referida estimativa foi aferida sobre o valor da contratação realizada pelo MNF no exercício anterior, o quantitativo estimado da contratação atual, atualizando-se com o índice inflacionário (IPCA) de 4,42% de 10/2023 a 09/2024.

Calculadora do IPCA

Atualize uma quantia utilizando o índice oficial de inflação brasileiro

A Calculadora do IPCA permite atualizar um valor pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre duas datas. Através desse cálculo, é possível simular a correção de uma quantia numa determinada data utilizando o índice de preço e saber o valor correspondente numa outra data.

As conversões podem ser feitas desde o início da série histórica do IPCA, em janeiro de 1980, quando a moeda em vigor era o Cruzeiro(Cr\$).

Cabe destacar que o cálculo deve ser considerado apenas como referência e não como valor oficial, uma vez que, dependendo da finalidade da consulta do valor, outros custos não considerados pela Calculadora podem estar envolvidos, tais como seguros e outros encargos operacionais.

Mês inicial	Mês final	Valor na data inicial (R\$)	>>
10/2023	09/2024	3.316.435,00	

O valor na data final é de

R\$ 3.463.180,22

O percentual total no intervalo é de **4,42%**

Esta calculadora usa o período entre o dia 1 do mês inicial e o último dia do mês final.

Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>

Quantidade Estimada	Valor Atualizado (IPCA)	Valor total
---------------------	-------------------------	-------------



8.269	R\$ 490,51	R\$ 4.056.027,19
8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO		
<p>8.1. Diante do objetivo a ser alcançado, que é o fornecimento de um vale natalino aos servidores municipais, a opção mais adequada se encontra em se fazer através de cartão-alimentação, tendo em vista que a opção de crédito em conta dos servidores, observada a vantajosidade pelo município, impossibilitaria o município de obter valores que possam trazer uma economia aos cofres municipais. Utilizando o critério de julgamento menor preço, além de cumprir o dispositivo constitucional constante no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88, poderá o município obter valor das propostas inferiores ao valor que será creditado aos servidores, gerando assim uma economia aos cofres municipais.</p> <p>8.2. Tendo em vista a solução encontrada como a que melhor se encaixa no objetivo a ser alcançado, alguns requisitos se tornam indispensáveis a sua execução, tendo o contratado que se ater às seguintes condições:</p> <p>8.2.1. Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas;</p> <p>8.2.2. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;</p> <p>8.2.3. Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;</p> <p>8.2.4. Responsabilizar-se, integralmente, por todos os ônus decorrentes de encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas, e por danos causados ao Contratante, em virtude da má execução do objeto deste contrato;</p> <p>8.2.5. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo pagamento à rede de estabelecimentos credenciados, decorrentes do consumo, inexistindo quaisquer vínculos ou obrigação financeira para o CONTRATANTE, ficando claro que o CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esses pagamentos;</p> <p>8.2.6. Responsabilizar-se integralmente pelo serviço contratado, em conformidade com as especificações técnicas, nos termos da legislação vigente;</p> <p>8.2.7. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;</p>		



8.2.8. Designar preposto com poderes para solucionar, de forma imediata ou em prazo fixado pelo CONTRATANTE, quaisquer pendências decorrentes da execução do contrato;

8.2.9. O CONTRATANTE se reserva o direito de, a qualquer tempo, solicitar a substituição do preposto da CONTRATADA, uma vez constatado o não preenchimento das condições exigidas para assistência a ser prestada, ou que se conduzam de modo inconveniente ou incompatível com o decoro e a função que lhe foi atribuída;

8.2.10. Não credenciar rede de estabelecimento que esteja sancionado pelo não cumprimento da legislação vigente sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA e INEA;

8.2.11. É de responsabilidade da CONTRATADA, manter credenciados à rede, apenas estabelecimentos que observem as normas reguladoras de sua atividade;

8.2.12. Comprovar instalações da Contratada na região metropolitana ou Serrana do Estado do Rio de Janeiro, com estrutura para atender aos prazos e condições previstas neste Termo de Referência ou viabilizar o atendimento remoto por meio de videoconferência, consulta por telefone e por e-mail, com suporte 24 (vinte e quatro) horas;

8.2.13. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pelo CONTRATANTE, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados aos serviços contratados;

8.2.14. As comunicações do CONTRATANTE deverão ser respondidas, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do seu recebimento, bem como atender às reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas;

8.2.15. As notificações por descumprimento contratual terão o prazo de resposta de até 02 (dois) dias úteis a contar do seu recebimento, submetendo-se à CONTRATADA as sanções e penalidades cabíveis, caso tal determinação não seja cumprida;

8.2.16. A CONTRATADA deverá disponibilizar, após assinatura do contrato, sem ônus para o CONTRATANTE, capacitação de pessoal para o(s) fiscal(s) e gestor(es) envolvidos na utilização do Sistema, incluindo:

- Detalhamento dos procedimentos para utilização do *Software* de Gestão e Emissão de



Relatórios;

- Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las e outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema.

8.2.17. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico ao CONTRATANTE, através de Serviço de Atendimento ao Cliente, por telefone ou Internet, devendo ainda disponibilizar preposto para suporte 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante o prazo de validade do cartão de 90 (noventa) dias, a contar da disponibilidade do crédito;

8.2.18. Além de garantir o sigilo das informações relativas à contratação, a CONTRATADA não poderá divulgar e fornecer os dados referentes à prestação de serviço, respeitando ainda os dispositivos da Lei nº13709/18 (LGPD);

8.2.19. A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.20. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato;

8.2.21. O contrato terá vigência de 6 (seis) meses, uma vez a necessidade de resguardar o município quanto às obrigações da contratada até os procedimentos de finalização das etapas a serem cumpridas.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

9.1. O parcelamento da solução é regra devendo ser a licitação realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando proporcionar a ampla participação de licitação.

9.2. A contratação em tela denota-se de item único, portanto, adotar-se-á julgamento unitário.

10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO

10.1. Estabelecer uma política de valorização de seus servidores, de forma que o presente vale-alimentação natalino seja uma das ações voltadas a essa política. Além da valoração do quadro pessoal do Município é importante considerar que a concessão dos benefícios se traduz em estímulo aos servidores, visto que se configura no aumento, ainda que em pequena proporção, de



sua renda, o que para a grande maioria de nossos servidores é muito significativo e de necessidade indiscutível. É importante também ressaltar que todo o recurso público empregado servirá para movimentar e aquecer a economia do município neste período de final do ano, uma vez que todo o recurso deverá ser empregado no comércio local do município de Nova Friburgo/RJ.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.1. Previamente à efetivação da contratação, o município deverá ter definido os mecanismos de distribuição (local, exigências para retirada pelo servidor, mão de obra) dos cartões nas secretarias municipais, se atendo à entrega prévia aos festejos de fim de ano.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

12.1. Para a efetivação do objeto não são necessárias contratações correlatas ou interdependentes, visto que a completa prestação do objeto principal se dá por si só.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Cada parte responsabilizar-se-á em adotar medidas adequadas, bem como prestar serviços de acordo com a política Nacional do Meio Ambiente e normas legais pertinentes, visando prevenir, combater e reduzir os impactos ambientais significativos que as atividades desenvolvidas por força deste contrato possam produzir.

13.2. As partes declaram que cumprem a legislação trabalhista, bem como as normas de segurança e higiene do trabalho nos locais onde conduzem seus negócios, não utilizando, sob qualquer forma, trabalhos forçados na execução de seus serviços. As partes declaram ainda, que proíbem o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art.7º, inc.XXXIII da CF.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1. Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação dos serviços de fornecimento, emissão e entrega de Cartões Alimentação de Natal, na forma de Cartões Eletrônicos (cartão magnético com Chip) para benefício aos servidores municipais, mostra-se técnica e economicamente viável.

14.2. Conforme o que fora demonstrado neste Estudo, há orçamento disponível para contratação no exercício corrente e os objetivos estão alinhados ao Planejamento.

14.3. Sendo assim, declara este Órgão, que a contratação pretendida é viável e envidará na



valorização e reconhecimento aos servidores municipais pelos serviços prestados ao longo do exercício de 2023.

15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO

15.1. Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art.18 da Lei nº14.133/21.

	GESTOR	APOIO TÉCNICO
PLANEJAMENTO	Thiago Parreira Ferreira Coimbra Mat. 199.383	Erika Pinheiro Terra Mat. 199.206
DE ACORDO	Rodrigo França Silva Mat. 063.189	Caroline Moura Klein Mat. 990.953
Nova Friburgo/RJ, 30 de outubro de 2024.		